

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Secretariat

Notification

DF-1909-AGR-66

Shri N. Krishnamoorthy is appointed as Accounts Officer in the Directorate of Agriculture in a temporary capacity with effect from 29-4-1966 until further orders.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

R. C. Datar, Under Secretary (CD).

Panjim, 6th May, 1966.

Notification

PDD/EDN/2440

Read: Government order no. PDD/EDN/2440/64 dated 24-11-1965.

Dr. B. C. Desai, Principal, Samaldas College, Bhavanagar, whose services have been placed at the disposal of Government of Goa, Daman and Diu is appointed as Principal, Arts and Science College, Daman in a temporary capacity with effect from 28-4-66 until further orders.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. B. Rane, Under Secretary (P).

Panjim, 7th May, 1966.

Home Department

Order

HD/72-2999/66

The Administrator of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to withdraw the order No. DIR/LF/2/64 dated 20th January 1965 issued by this Government under Clauses (F) and (L) of Sub-Rule (1) read with Sub-Rule (2) of Rule 30 of the Defence of India Rules, 1962, imposing restrictions on Mrs. Leonor Loyola Furtado, Editor «A India» of Margao in relation to the dissemination of news and propagation of

(Tradução)
GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Secretaria

Despacho

DF-1909-AGR-66

O Sr. N. Krishnamoorthy, é nomeado, temporariamente, oficial de contabilidade da Direcção dos Serviços de Agricultura, com efeito a partir de 29 de Abril de 1966, até ordens ulteriores.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

R. C. Datar, Subsecretário (CD).

Panjim, 6 de Maio de 1966.

Despacho

PDD/EDN/2440

Ref: Portaria n.º PDD/EDN/2440/64, de 24-11-1965.

O Dr. B. C. Desai, director do «Samaldas College», Bhavanagar, cujos serviços foram postos à disposição do Governo de Goa, Damão e Dio, é nomeado, temporariamente director do «Arts and Science College», de Damão a partir de 28 de Abril de 1966, até ordens ulteriores.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

B. B. Rane, Subsecretário (P).

Panjim, 7 de Maio de 1966.

Departamento do Interior

Portaria

HD/72-2999/66

O Administrador de Goa, Damão e Dio, revoga com efeito imediato, a Portaria n.º DIR/LF/2/64, de 20 de Janeiro de 1965, expedida por esta Administração, ao abrigo das alíneas (F) e (L) do § (1) conjugado com o § (2) da norma 30.ª do «Defence of India Rules, 1962», impondo restrições a Sra. Leonor Loyola Furtado, editora de «A India», de Margão, no que respeita a divulgação de notícias e propa-

opinion and regulating her conduct otherwise in the manner set out in the said order, with immediate effect.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

G. K. Bhanot
Chief Secretary.

Panjim, 13th May, 1966.

Order

HD-10-2974/64

- Read: (1) Government Notification No. HD-10-2974/64, dated 2/5/1964.
(2) Government Notification No. HD-10-2974/64, dated 16/6/1964.

In amplification of the Government Notification No. HD-2974/64, dated 2/5/1964 read with Government Notification of even number dated 16/6/1964, it is hereby ordered that the non-official members on the Committee for the Rehabilitation of Political Sufferers should be eligible to draw T. A. and D. A. at the maximum rates as admissible to Grade I Officers of the Government of India for attending the meetings of the Committee for the Rehabilitation of Political Sufferers. The Secretary, Home Department, will be the Controlling Officer for purpose of T. A. Bills in this regard, under Rule 190 of the Supplementary Rules.

The expenditure on T. A. and D. A. of the non-official members should be debited to the Budget Head «19-General Administration C.1(i) Civil Secretariat — (non-Plan) C.1(i) (4) Miscellaneous».

This order shall come into force from 1st April 1965.

This issues with the concurrence of the Finance Department vide U. O. No. F2/939/66, dated 21/3/1966.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

A. V. Vaz, Under Secretary.
Panjim, 30th April, 1966.

Office of the Custodian of Evacuee Property

Notification

CEP/GDD/ACs/Powers/D-1117

In exercise of the powers vested in me by Section 8(2)(m) of the Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act 1964, I, Gulab L. Ajwani, Custodian of Evacuee Property, delegate to each of the Mamlatdars and ex-Officio Assistant Custodians of Evacuee Property listed below at 'A', the powers of the Custodian listed at 'B'.

'A' — Mamlatdars of Panjim, Bardez (Mapuça), Pernem, Satari (Valpoi), Bicholim, Ponda, Quepem, Sanguem, Salcete (Margao), Canacona and Marmagao (Vasco da Gama).

'B' — Powers:

- (i) enter or authorise any other person to enter any land or premises to inspect any evacuee property,
- (ii) require any person, notwithstanding anything to the contrary contained in any other law for the time being in force relating to the disclosure of any information by a public servant or any other person to furnish such returns, accounts or other information in relation to any property and to produce such documents in his possession as the Custodian considers necessary for the discharge of his duties under this Act,
- (iii) require any banking company to furnish such information as the Custodian may require with respect to any remittances made after the relevant date to any such area outside India as may be specified by the Custodian, either generally, or with reference to any person or class of persons, and
- (iv) take such action as may be necessary for the recovery of any debt due to the evacuee.

(Government of Goa, Daman and Diu, Home Department's Notification No. HD-33-7677/65 dated the 21st April 1966 refers).

Gulab L. Ajwani, Custodian of Evacuee Property.
Panjim, 30th April, 1966.

gação de opiniões e regulando a sua conduta de maneira estabelecida na referida portaria.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

G. K. Bhanot
Secretário-Chefe

Pangim, 13 de Maio de 1966.

Despacho

HD-10-2974/64

- Ref: (1) Despacho n.º HD-10-2974/64, de 2-5-1964.
(2) Despacho n.º HD-10-2974/64 de 16-6-1964.

Em aditamento ao despacho n.º HD-2974/64, de 2 de Maio de 1964, conjugado com o despacho datado de 16 de Junho de 1964, determina-se que os membros não-oficiais da Comissão para a Reabilitação das Vítimas Políticas, terão direito ao máximo dos subsídios de deslocamento e carestia admissíveis aos primeiros-oficiais do Governo da Índia para assistirem as reuniões da Comissão para a Reabilitação das Vítimas Políticas. O Secretário do Departamento do Interior, será o oficial controlador para os fins das folhas do subsídio de deslocamento para o fim acima referido, ao abrigo da norma 190.ª das Normas Suplementares.

O encargo com os subsídios de deslocamento e carestia aos membros não-oficiais será satisfeito pela verba «19-General Administration C.1(i) Civil Secretariat — (non-Plan) C.1(i) (4) Miscellaneous».

O presente despacho entrará em vigor a partir de 1 de Abril de 1966.

Este despacho é expedido com a aprovação do Departamento das Finanças (ref. U. O. n.º F2/939/66, de 21-3-1966).

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

A. V. Vaz, Subsecretário.
Pangim, 30 de Abril de 1966.

Repartição do Gestor da Propriedade dos Evacuados

Despacho

CEP/GDD/ACs/Powers/D-1117

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 8.º (2)(m) de «Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act 1964», eu, Gulab L. Ajwani, Gestor da Propriedade dos Evacuados, delego em cada um dos Mamlatdars e ex-officio Gestores Assistentes da Propriedade dos Evacuados mencionados na relação 'A', os poderes do Gestor constantes da relação 'B'.

'A' — Mamlatdars de Pangim, Bardes (Mapuçá), Pernem, Satari (Valpoi), Bicholim, Ponda, Quepem, Sanguem, Salsete (Margão), Canacona e Mormugão (Vasco da Gama).

'B' — Poderes:

- (i) entrar ou autorizar qualquer outra pessoa a entrar em qualquer propriedade ou casa para inspecionar qualquer propriedade pertencente a evacuado.
- (ii) exigir que qualquer pessoa, sem embargo do disposto em contrário em qualquer outra lei presentemente em vigor em relação à prestação de qualquer informação por um funcionário ou alguma outra pessoa, forneça tais elementos, contas e outra informação quanto a qualquer propriedade e produza tais documentos em seu poder que o Gestor considere necessários para o desempenho das suas funções ao abrigo da referida Lei.
- (iii) exigir que qualquer corporação bancária forneça toda a informação que o Gestor possa necessitar com relação a quaisquer remessas feitas, depois de uma certa data que for indicada, para qualquer parte fora da Índia conforme for especificado pelo Gestor, quer seja de uma maneira geral ou com referência a qualquer pessoa ou classe de pessoas, e
- (iv) tomar medidas que forem necessárias para a cobrança de qualquer dívida do evacuado.

(Referência a Portaria n.º HD-33-7677/65, datada de 21 de Abril de 1966, do Departamento do Interior do Governo de Goa, Damão e Diu).

Gulab L. Ajwani, Gestor da Propriedade dos Evacuados.
Pangim, 30 de Abril de 1966.

Notification

CEP/GDD/JUDL/53-7/66

In pursuance of sub-section (4) of section 5 of the Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964, I hereby notify the properties in the annexed schedule hereto, belonging to the evacuee Jose Inacio de Loyola, which have vested in the Custodian as Evacuee Property.

SCHEDULE

½ of the property denominated «Aforamento do Padre Ferrati» registered in the Conservatoria do Registo Predial of Quepem under no. 26.591, situated at Velim.

K. C. Swami, Assistant Custodian of Evacuee Property.

Panjim, 7th May, 1966.

Planning and Development Department

Office of the Registrar Cooperative Societies

Notification

PRD-(b)-44-/Goa

In exercise of the powers vested in the Registrar of Co-operative Societies Goa, Daman and Diu under Section 9 of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu Mazdoor Vikas Cooperative Labour and Artisans' Society Ltd., Vasco da Gama is registered under code symbol PRD-(b)-44-/Goa.

S. S. Bhende, Registrar of Co-operative Societies Goa, Daman and Diu.

Panjim, 7th April, 1966.

- Read: 1. Audit Memo No. 3 dated 5-7-1965 of the Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd., Quepem and subsequent correspondence in this regard.
2. Order No. PRD-LQD-3 of 66 dated 15th Jan. 66.
3. The application dated 20-2-66 from the Chairman, Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd. Quepem.

The Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd. Quepem was registered under No. PRD-(a)-20/Goa dated 30-6-1964. Since its registration the society has not been able to carry out the objectives for which it is registered. It has not commenced working and the members of the society are not interested in running the society for the object for which it was formed. After scrutiny of the report of the Auditor coop. societies mentioned above, I am of the opinion that the society ought to be wound up as the object for which it was formed was not fulfilled.

An interim order No. PRD-LQD-3 dated 15-1-1966 was made under sec. 102(1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 84 coop. societies Rules 1962 calling upon society to submit its explanation within one month. The Managing Committee of the society has passed a resolution dated 20-2-1966 that the society would be wound up, 27 members out of 30 have supported the resolution of the Managing Committee. Therefore I pass the following order.

Order

PRD-LQD-3 of 66

In exercise of the powers vested in me under section 102(1) of the Maharashtra Coop. Societies Act 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 84 of coop. societies Rules 1962. I direct Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd. Quepem registered under No. PRD-(a)-20/Goa dated 30-6-1964 be wound up.

Aviso

CEP/GDD/JUDL/53-7/66

De conformidade com a alínea (4) do artigo 5.º do «Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964», declaro que a propriedade descrita no quadro anexo, pertencente ao evacuado José Inácio de Loyola, passará para a posse do Gestor da Propriedade de Evacuados.

QUADRO

½ da propriedade denominada «Aforamento do Padre Ferrati» registado na Conservatória do Registo Predial de Quepem sob o n.º 26.591 e situada em Velim.

K. C. Swami, Gestor adjunto da Propriedade de Evacuados.

Pangim, 7 de Maio de 1966.

Departamento de Planificação e Fomento

Repartição do Registador de Sociedades Cooperativas

Despacho

PRD-(b)-44-/Goa

No uso das faculdades conferidas ao Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu, ao abrigo do artigo 9.º do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960» conforme foi tornado extensivo ao território de Goa, Damão e Diu, a Sociedade «Mazdoor Vikas Cooperative Labour and Artisans' Society Ltd.», de Vasco da Gama, é registada sob o n.º PRD-(b)-44-/Goa.

S. S. Bhende, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu.

Pangim, 7 de Abril de 1966.

- Ref: 1. Memorando do auditor n.º 3, de 5-7-1965 da «Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd.», de Quepem, e correspondência posterior a esse respeito.
2. Portaria n.º PRD-LQD-3 de 66, de 15 de Janeiro de 1966.
3. Requerimento datado de 20-2-66 do Presidente da Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd., de Quepem.

A Sociedade «Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd.», de Quepem fora registada sob o n.º PRD-(a)-20/Goa, em 30-6-1964. Desde que a mesma foi registada, a dita Sociedade não tem podido alcançar os objectivos para os quais foi registada. Não tem começado a funcionar e os seus sócios não estão interessados em fazê-la funcionar para os fins para que foi constituída. Após exame do relatório do auditor das Sociedades cooperativas acima referido sou da opinião que a mesma Sociedade deve dissolver-se, já que não foram alcançados os objectivos para os quais foi constituída.

Foi expedida uma ordem provisória, n.º PRD-LQD-3, de 15-1-1966, ao abrigo do artigo 102(1) do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a norma 84.ª do «Cooperative Societies Rules 1962» em que se determinava que a mesma Sociedade devia apresentar uma explicação num prazo de um mês. A Comissão Administrativa da referida Sociedade passou uma resolução, em 20 de Fevereiro de 1966, de que a Sociedade deveria dissolver-se, tendo a mesma sido aprovada por 27 dos 30 membros da Comissão Administrativa. Por este motivo, é expedida a seguinte portaria.

Portaria

PRD-LQD-3 de 66

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 102.º(1) do «Maharashtra Coop. Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a norma 84.ª do «Cooperative Societies Rules, 1962», determino que a Sociedade «Mahila Sahakari Udyog Mandir Sanstha Ltd.», de Quepem, registada sob o n.º PRD-(a)-20/Goa, em 30-6-1964, seja dissolvida.

And under section 103(1) of the said Act read with Rule 86 of the said Rules I appoint Shri S. A. Wadd, Jr. Auditor Cooperative societies as liquidator of the society.

S. S. Bhende, Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu.

Panjim, 30th April, 1966.

Revenue Department

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/142/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for the public purpose of construction of Forest Staff quarters.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector, after the date of this notification, will under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under, Section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is also pleased to authorise under sub-Section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panjim.
2. The Conservator of Forests, Panjim-Goa.

5. Under clause (c) of Section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is further pleased to appoint the Deputy Collector South Sub-Division, Margao, who may for the time being be in charge of the Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Canacona	Canacona	A block of land situated opposite the Police Station and along the Margao-Sadashivgad Road and bounded by on the east by the limits of Comunidade area; on the west by the private property known as «Rumdogo»; on the north by the private property known as «Uddakatam» and on the south by the private property known as «Rumdogo».	1 Hectare

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Panjim, 17th May, 1966.

Ao abrigo do artigo 103.º (1) do referido Act, conjugado com a norma 86.ª dos rules acima citados, designo o Sr. S. A. Wadd, Jr. Auditor de Sociedades Cooperativas, como liquidatário da mesma Sociedade.

S. S. Bhende, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu.

Pangim, 30 de Abril de 1966.

«Revenue Department»

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/142/66 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção de blocos residenciais para o pessoal da Repartição das Matas;

Torna-se público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)», que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector após a data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. O Collector de Goa, Pangim.
2. Conservador das Matas, de Pangim, Goa.

5. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894», o Governo nomeia o Collector Adjunto da sub-divisão de sul, em Margão, presentemente à testa do concelho, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Canácona	Canácona	Bloco de terreno situado oposto ao Posto Policial e ao longo da estrada de Margão a Sadashivgad, confrontado de nascente pelos limites da área da comunidade; de poente pela propriedade particular denominada «Rumdogo»; de norte pela propriedade particular denominada «Uddakatam» e de sul pela propriedade particular denominada «Rumdogo».	1 hectare

Por ordem e em nome do Administrator do território da União de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Pangim, 17 de Maio de 1966.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/144/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz for construction of a road linking Margao — Colva Road and Borim — Margao Road.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this Notification, will, under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a final notification to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that as the acquisition of the said land is urgently necessary, the provisions of section 5A, of the said Act shall not apply in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Director of Public Works Department, Panjim, Goa.

SCHEDULE

Taluka	Town	Description of the said land	Approximate area
Salcete	Margao	A strip of land comprised of:— Matriz No. Names of the persons believed to be proprietors 1643 Shri Ernesto Rebelo. 2165 Shri Constancio Piedade Cardoso. 2262 Smt. Elvina Elsas Aurora Araujo. 2261 Shri Orland Soares. 2257 Shri Ladu Krishna Borkar. 2286 Shri Adelaido Torcato Lourenço. 2298 João Domingos Xavier Correios. 2237 Shri Antonio Caetano Francisco Figueiredo. 801 Shri João Manuel Pereira.	23.000 Sq. Mts.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Panjim, 17th May, 1966.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/148/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/144/66 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada ligando a estrada de Margão a Colvá e a estrada de Borim a Margão.

Torna-se público ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo mais determina ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do referido Act que, como a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade, o disposto no artigo 5A do mesmo Act, não terá aplicação em relação ao dito terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa.
2. Director das Obras Públicas, de Pangim, Goa.

QUADRO

Concelho	Cidade	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Salsete	Margão	Faixa de terreno sob os números de matriz que seguem, que se presume pertencer aos indivíduos indicados em relação aos mesmos: N.º de matriz Nomes 1643 Sr. Ernesto Rebelo. 2165 Sr. Constancio Piedade Cardoso. 2262 Sr.ª Elvina Elsas Aurora Araújo. 2261 Sr. Orlando Soares. 2257 Sr. Ladu Krishna Borkar. 2286 Sr. Adelaido Torcato Lourenço. 2298 Sr. João Domingos Xavier Correios. 2237 Sr. António Caetano Francisco Figueiredo. 801 Sr. João Manuel Pereira.	23.000 m²

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Pangim, 17 de Maio de 1966.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/148/66 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade

to be needed for public purpose viz for construction of a unit of Forest Guard's Quarters.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this Notification, will, under Section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under Section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is also pleased to authorise under Sub-section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Conservator of Forests, Panjim-Goa.

5. Under clause (c) of Section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is further pleased to appoint the Deputy Collector South Sub-division, Margao, who may for the time being be in charge of the Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Quepém	Bendurdém	A block of land entitled Ghodgamol of Bendurdém situated between 52/6 Kms and 52/8 Kms along the Panjim-Sadashivgad Road and bounded on the East by the said Road; on the West, North and South by the remaining portion of the land.	600 sq. mts.

By order and in the name of the Administrator, of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).
Panjim, 17th May, 1966.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/149/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz for construction of a unit of Forest Guard's Quarters.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this notification, will, under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

pública para os fins da construção dum bloco residencial para os guardas rurais;

Torna-se público ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os apuradores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. Collector de Goa.
2. Conservador das Matas, de Pangim, Goa.

5. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894», o Governo nomeia o Collector Adjunto da sub-divisão de sul, em Margão, presentemente à testa do concelho, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Quepém	Bendurdém	Faixa de terreno denominada «Ghodgamol de Bendurdém» abrangida entre Kms 52/6 e 52/8, ao longo da estrada de Pangim a Sadashivgad, confrontada de nascente pela referida estrada e de poente norte e sul pela restante parte do terreno.	600 m².

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretário (Revenue).
Pangim, 17 de Maio de 1966.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/149/66 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção dum bloco residencial para os guardas rurais;

Torna-se público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)», que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os apuradores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is also pleased to authorise under Sub-section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Conservator of Forests, Panjim-Goa.

5. Under clause (c) of Section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is further pleased to appoint the Deputy Collector South Sub-Division, Margao, who may for the time being be in charge of the Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Village	Taluka	Description of the said land	Approximate area
Quepem	Fatorpem	A block of land entitled «Kotvo» and bounded on the East by Bali-Kanagini Road; on the West, North and South by the remaining portion of the land.	600 Sq. mts.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).
Panjim, 17th May, 1966.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/118/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz for the purpose of Engineer's Dump.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this Notification, will, under Section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under Section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is also pleased to authorise under Sub-Section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panjim.
2. The Naval Officer in Charge Goa.

5. Under clause (c) of Section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is further pleased to appoint the Deputy Collector South Sub-Division, Margão, who may for the time being be in charge of the Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa.
2. Conservador das Matas, de Pangim, Goa.

5. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894», o Governo nomeia o Collector Adjunto da sub-divisão de sul de Margão, presentemente à testa do concelho, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Quepem	Fatorpem	Bloco do terreno denominado «Kotvo», confrontado de nascente pela estrada de Bali a Kanagini e de poente, norte e sul pela parte restante do terreno.	600 m²

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Daman e Diu.

N. Subramanian, Secretário (Revenue).
Panjim, 17 de Maio de 1966.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/118/66 — Considerando que o Governo de Goa, Daman e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção dum depósito de apetrechos de engenharia,

Torna-se público ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. Collector de Goa, Pangim.
2. Oficial da marinha encarregado, em Goa.

Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894», o Governo nomeia o Collector Adjunto da sub-divisão do sul, em Margão, presentemente à testa do concelho, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate Area
Mormugao	Dabolim	The land, excluding the buildings and other assets thereon belonging to the Navy situated near the Dabolim Railway Station and the road leading to Dabolim Air Port and used for Engineering Depot.	40 Acres.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Panjim, 18th May, 1966.

Law Department

Corrigendum

LD/N/22/66

Read: Notification no. LD. 73/66, dated 30th March, 1966, published in the Government Gazette no. 1, Series II, dated 7th April 1966.

Please read «Comarcas of Bardez and Bicholim» instead of «Comarca of Bardez» appearing in column no. 3 against the Serial no. 2 of the schedule attached to the said notification.

Kant Desai, Under Secretary.

Panjim, 18th May, 1966.

Information and Tourist Department

Order

IT/Staff/64/150/2062

Shri M. D. Nadkarni, Publications Officer, Department of Information and Tourism, Panjim-Goa, is sanctioned Earned Leave for forty six days with effect from the 16th April, 1966, F. N.

On the expiry of the above leave, his services are replaced at the disposal of the Government of Maharashtra, and he should report to the Chief Secretary to the Government of Maharashtra, Bombay, after availing the joining time, as admissible under rules.

The transfer is in the public interest.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Panjim, 11th May, 1966.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Mormugão	Dabolim	Terreno, excluindo os edificios e demais haveres pertencentes à Marinha, situado próximo da estação de caminhos de ferro de Dabolim e estrada que se dirige ao aeroporto de Dabolim, e utilizado como depósito de apetrechos de engenharia.	40 acres

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretário (Revenue).

Panjim, 18 de Maio de 1966.

Departamento de Justiça

Corrigenda

LD/N/22/66

Ref: Despacho n.º LD. 73/66, de 30 de Março de 1966, publicado no *Boletim Oficial* n.º 1, 2.ª série, de 7 de Abril de 1966.

Em relação ao n.º de série 2, na 3.ª coluna do quadro anexo ao despacho acima referido, deve ler-se «Comarcas de Bardês e Bicholim» em vez de «Comarca de Bardês».

Kant Desai, Subsecretário.

Panjim, 18 de Maio de 1966.

Departamento de Informação e Turismo

Portaria

IT/Staff/64/150/2062

São concedidos ao Sr. M. D. Nadkarni, oficial encarregado de publicações, do Departamento de Informação e Turismo, de Panjim, Goa, quarenta e seis dias de licença disciplinar, a partir de 16 de Abril de 1966, antes do meio-dia.

Após o termo da licença os seus serviços são repostos à disposição do Governo de Maharashtra, devendo o mesmo apresentar-se ao Secretário-Chefe do Governo de Maharashtra, em Bombaim, depois de aproveitar do tempo de apresentação, nos termos da lei.

A transferência é efectuada no interesse público.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panjim, 11 de Maio de 1966.